MEMÓRIA EM DISPUTA, VÍTIMAS DA DITADURA CÍVIL-MILITAR NO JORNAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PIBID

Jhennyfer Jenuino Galdino Tavares[1]; Elisângela Cabral Moço[2]; Patrícia Cristina Aragão[3].

[1]Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Queimadas - PB, Brasil. jenuino.jhennyfer@aluno.uepb.edu.br.
[2]Professora Mestre pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Supervisora do PIBID-UEPB. elisangelacabralmoco@gmail.com.
[3]Professora Doutora pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Coordenadora do PIBID-UEPB subprojeto História. patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as possibilidades do uso da memória das vítimas da ditadura civil-militar brasileira como estratégia pedagógica no ensino de História no Ensino Fundamental - anos finais a partir de reportagens de jornal partindo de relato de experiência em sala de aula. Através de um estudo qualitativo, caracterizado como relato de experiência, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), subprojeto História, com alunos do 9° ano da zona rural de Campina Grande-PB. A proposta pedagógica buscou introduzir o conteúdo sobre a ditadura civil-militar através da perspectiva das vítimas, mobilizando imagens e testemunhos de vítimas da repressão como recurso didático para debater a temática da ditadura nas aulas de História e relacionar o conteúdo histórico à história local, para isso foram utilizados reportagens do G1 Paraíba (2024), além do Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (2014) como recurso pedagógico, articulando a relação do conteúdo com a história local, buscando promover a reflexão crítica e a sensibilização dos estudantes, a partir da perspectiva das pessoas vítimas. Especificamente fundamentado em revisão bibliográfica e na utilização de fontes documentais e jornalísticas, com base nas obras de Freire (2025), Gil e Eugênio (2018), bem como de Araújo, Silva e Santos (2013). Como resultado, a atividade promoveu maior desenvolvimento da leitura, reflexão crítica, aproximação entre memória histórica e a realidade local, além de evidenciar a memória na formação cidadã dos alunos ao tratar sobre a violação dos direitos humanos.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Ensino de História; Memória; PIBID; Temas sensíveis.

INTRODUÇÃO

Ensinar sobre o contexto da ditadura civil-militar brasileira nas escolas do ensino fundamental permanece marcado por disputas de memória, silenciamentos e dificuldades pedagógicas, especialmente no que diz respeito à abordagem das violações de direitos humanos cometidas pelo Estado durante o século XX. Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as possibilidades do uso da memória das vítimas da ditadura civil-militar brasileira como estratégia pedagógica no ensino de História no Ensino Fundamental – anos finais, a partir da utilização de reportagens jornalísticas e fontes documentais trabalhadas em sala de aula no contexto de uma experiência desenvolvida no âmbito do PIBID. Para isso, foram utilizadas como fontes a reportagem do portal G1 Paraíba (2024), bem como os fatos documentados no Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (2014). Essas fontes foram utilizadas em sala de aula como documentos históricos que apresentam testemunhos de vítimas da repressão durante a ditadura militar, permitindo aos estudantes analisar narrativas produzidas por veículos jornalísticos e instituições de memória sobre as experiências vividas no período. A escolha dessas fontes se justifica por possibilitarem o contato dos alunos com relatos reais, imagens e narrativas históricas que evidenciam as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime, além de aproximar o conteúdo histórico da realidade local, especialmente ao apresentar casos ocorridos na Paraíba e em Campina Grande.

Assim, tendo em vista que, o ensino de história foi tradicionalmente moldado para atender aos interesses políticos, pois “A educação é uma forma de intervenção no mundo. [...] Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (Freire, 2025, p.96-97). Sobre isso, Gil e Eugênio (2018, p. 141 e 143) afirmam que:

> Por muito tempo teve relevância uma História oficial com a qual se intentou construir um sentido de identidade para o projeto de nação em curso, cuja meta era formar o patriota defensor dos valores universais “branco, católico e masculino”. Portanto, tradicionalmente, o ensino da História legitimou as pretensões dos dirigentes políticos. Hoje, vivemos em uma tensão permanente para não ensinar uma história universalista, centrada em homens, etnocêntrica, elitista e preocupada com os objetivos políticos dos acontecimentos. [...] Junto a isso, os grupos buscam ampliar a representação política, e a luta por direitos faz emergir demandas identitárias. Ou seja, é uma luta que reivindica lembrar, manter viva uma memória e reparar o silêncio e as simplificações na narrativa histórica.

Nesse contexto, trabalhar a temática a partir das experiências das vítimas do regime militar, através de relatos e fontes históricas, constitui uma estratégia fundamental para a

construção de uma consciência histórica crítica, capaz de sensibilizar, problematizar o passado no sentido de observar permanências, continuidades e rupturas e problematizar no contexto da história ensinada no ensino fundamental.

Dessa forma, esse estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, estruturada como relato de experiência, fundamentada em revisão bibliográfica e na utilização de fontes documentais e jornalísticas. Utilizando como referência Freire (2025), no que se refere à educação problematizadora; Gil e Eugênio (2018), acerca do ensino de História e dos temas sensíveis; e Araújo, Silva e Santos (2013), sobre memória, ditadura e resistência. Além disso, foram utilizadas como fontes complementares reportagens do portal G1 Paraíba (2024), especialmente no que diz respeito às memórias de vítimas da repressão em Campina Grande-PB, onde teve-se como intuito mostrar no contexto da escola, como o jornal do portal G1, apresentou reportagens relativas às pessoas vítimas durante o regime e buscando contribuir para o debate na escola acerca da ditadura militar a partir do contexto local e como nestes contexto, tais questões foram pontuadas.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), ao possibilitar a articulação entre teoria e prática, bem como oferecer apoio pedagógico, incentiva os professores em formação a elaboração de propostas pedagógicas sensíveis e críticas á serem desenvolvidas em salas de aula. A convivência com o cotidiano escolar permite aos licenciandos desenvolverem metodologias que dialoguem com a realidade dos estudantes, valorizando o território, as memórias locais e as experiências históricas silenciadas.

Dessa forma, a proposta com este relato de experiência escolar desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a partir do subprojeto história, realizada com alunos do 9° ano da educação básica de uma escola pública na cidade de Campina Grande -PB, buscou oportunizar e introduzir o conteúdo sobre Ditadura Militar brasileira a partir das histórias de suas vítimas, a partir de notícias e reportagens de jornal.

A proposta teve como propósito promover a sensibilização dos estudantes por meio de recursos sonoros, imagéticos e narrativos, destacando casos nacionais e locais para aproximar o conteúdo histórico da realidade dos estudantes, evidenciando que as violações da Ditadura civil-militar ocorreram em contextos próximos e poderiam atingir qualquer cidadão. A partir dessa experiência, pretende-se discutir as potencialidades na história ensinada na escola sobre a temática do regime ditatorial no Brasil, a partir das memórias das vítimas, bem como suas

contribuições para a formação docente e para o ensino de História comprometido com a democracia.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ditadura civil-militar foi instaurada no Brasil em 1964, marcando a ruptura da ordem democrática e pela institucionalização da repressão política. Sendo estruturada pelo aparato estatal voltado ao controle e à perseguição de opositores, de modo que com

> Os militares instalados no poder, começava a temporada de punições e violência praticadas pelo Estado. A montagem de uma estrutura de vigilância e repressão, para recolher informações e afastar do território nacional os considerados 'subversivos' dentro da ótica do regime, e a decretação de Atos Institucionais arbitrários estiveram presentes desde os primeiros meses de governo. (Araújo; Silva; Santos, 2013, p. 17).

Diante da violência do Estado, as primeiras formas de resistência surgiram a partir das famílias das vítimas do regime,

> As famílias destes mortos e desaparecidos políticos foram algumas das primeiras vozes que se levantaram, ainda na década de 1970, contra os arbítrios e abusos cometidos pela ditadura em relação aos opositores políticos do regime e, ao longo das últimas décadas, se tornaram protagonistas na luta pelo direito à verdade e à justiça e na defesa dos direitos humanos no país. (Araújo; Silva; Santos, 2013, p. 27).

Assim, através da luta e resistência dessas famílias que pode se manter viva a memória das vítimas, e o lembrete do que viveram na década, mesmo que algumas famílias ainda não tenham obtido o reconhecimento de mortos e desaparecidos durante o período da ditadura

> Isso não impediu a luta destes familiares. Pelo contrário, até os dias atuais, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos atua no sentido de [...] denunciar os crimes cometidos contra os direitos humanos durante a recente ditadura. (Araújo; Silva; Santos, 2013, p. 28).

O ensino sobre o período ditatorial brasileiro, no contexto escolar exige uma abordagem sensível, crítica e comprometida com a formação cidadã dos alunos, sobretudo diante das permanentes disputas em torno da memória desse período histórico. Trabalhar esse tema exige atenção especial no reconhecimento do caráter violento e autoritário do regime, a forma em que esse tema é abordado em sala de aula influencia diretamente a visão histórica do período que os alunos irão construir.

Nesse sentido, introduzir o tema da ditadura a partir de relatos jornalísticos e documentais sob a perspectiva das vítimas do regime constitui uma estratégia pedagógica sensível e necessária, pois contribui para romper com silenciamentos históricos e narrativas que relativizam a violência institucional praticada pelo Estado. Para assim, abordar como o Estado utilizava de práticas repressivas, sistemática através da violência, tortura e o assassinato. (BRASIL, 2014).

Trabalhar a temática da ditadura no Brasil nas aulas de história, insere-se no campo dos chamados "temas sensíveis", uma vez que envolve traumas de uma nação, violência por parte do Estado, tentativas de apagamento histórico e disputas narrativas de como se deve abordar esse tema. Segundo Gil e Eugênio (2018, p. 143), "no Brasil, alguns temas sensíveis seguem na esteira das lutas de diferentes grupos em busca de legitimidade para suas histórias e memórias, questionando a homogeneização que marca a ideia de nação.". Deste modo:

> Os temas sensíveis são potentes para ensinar História, pois não envolvem um ponto de vista universal e, nesse sentido, são desafiadores e relevantes. Mas não somente isso. Há outra dimensão de sua abordagem que se soma à complexidade de seu tratamento em sala de aula: eles envolvem pertencimentos, identidades e prioridades em conflito, suscitam emoções. (Gil, Eugênio, 2018, P. 145).

No ensino de História, a abordagem desses temas demanda exigem do professor escolhas pedagógicas e éticas, que favoreça com que os estudantes compreendam a complexidade dos acontecimentos e suas repercussões no presente. Nesse sentido:

> Trabalhar com temas sensíveis não é apenas inserir mais conteúdos para o currículo de história. Mas, por serem temáticas mais radicais, no sentido de levarem o professor a pensar e se posicionar quanto ao seu fazer, possibilitam no processo de formação de cidadãos mais conscientes, críticos e ativos quanto ao seu próprio papel na história e na sociedade. É quase impossível os professores de história trabalharem com temas sensíveis em sala de aula através da mera repetição e memorização do conteúdo. (Camargo, 2024 p. 110).

Assim, os temas sensíveis no ensino de História são conteúdos que envolvem experiências recentes -ou persistentes- que foram ou são traumáticas para a sociedade, que resultam em disputas de memória, conflitos políticos e violação dos direitos humanos, e que são desafiadores e relevantes para o entendimento histórico-social dos alunos. Além disso, principalmente dentro do contexto escolar brasileiro podem representar uma série de conflitos envolvendo a escola e a família, seja por não concordarem -por motivos ideológicos, geralmente conservadores- do conteúdo histórico apresentado ou como é abordado, gerando assim,

insegurança entre os docentes do ensino de História. Nesse mesmo sentido, Camargo (2024, p. 112) afirma que:

> No seio desta problemática alguns professores preferem não abordar tais temáticas. Outros acabam trabalhando-a de forma mais tradicional, didaticamente falando, sendo o mais objetivo possível e fazendo pouca ou nenhuma reflexão, a fim de evitarem emitir opiniões ou provocarem discussões/controversas em sala de aula. Assim, ao trabalhar com questões sensíveis o professor sente uma dificuldade quanto à própria compreensão dos conteúdos e quanto à sua própria postura obrigando-o, dessa forma, a refletir sobre sua ciência, os conhecimentos que esta produz e o papel social tanto desta ciência quanto dele enquanto professor.

Ademais, abordar o conteúdo de forma a apresentar e valorizar a história local em sala de aula é possível, ao analisar a perspectiva de que a ditadura cívico-militar ocorreu em todo o Brasil, incluindo o nordeste e a partir da história local Campina Grande-PB é essencial para a formação do conhecimento histórico para os alunos. Segundo o relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2014), a ditadura cívico-militar se manifestou na Paraíba através das forças policiais que implantaram perseguições políticas, torturas, perseguições a estudantes, militantes, trabalhadores e as pessoas que eram opositoras do sistema, o que promoveu vigilância constante, evidenciando que a violência de Estado não se restringiu aos grandes centros urbanos do país..

Neste contexto, o uso de relatos e imagens possibilita trazer um imaginário mais lúcido acerca do período e do que as vítimas presenciaram para os alunos, além de contribuir para a humanização do conteúdo histórico e para a compreensão da violência de Estado. Assim, possibilitando a compreensão de que a repressão não se limitou a figuras públicas ou grandes centros urbanos, mas atinge homens, mulheres e crianças em diferentes regiões do país, inclusive em contextos locais, como demonstram as memórias de vítimas da ditadura na Paraíba (G1, 2024).

METODOLOGIA

Este relato de experiência, de caráter qualitativo, foi desenvolvido em uma aula proporcionada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), subprojeto História da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em uma escola pública da zona rural de Campina Grande-PB, com alunos do 9º ano da educação básica no ano de 2025. Com o objetivo de introduzir o conteúdo sobre a ditadura civil-militar através das perspectivas das vítimas, buscando promover a reflexão crítica, a sensibilização dos estudantes e a

articulação entre o conteúdo histórico e o contexto social no qual os alunos da escola estão inseridos.

Nesse contexto, a atividade foi organizada com diversos recursos pedagógicos como músicas, imagens e textos. Utilizando como base principal a problematização das estratégias de repressão adotadas durante a ditadura civil-militar e a sensibilização da experiência das vítimas. Assim, a aula teve início, com a chegada dos alunos à sala de aula ouvindo a reprodução da canção "Jesus Cristo", de Roberto Carlos, questionando os alunos com perguntas norteadoras como "Vocês conseguem me ouvir?", "vocês conhecem essa música?", para ser elemento introdutório para provocar questionamentos e possibilitar a contextualização histórica sobre as estratégias de repressão adotadas durante a ditadura civil-militar, como o uso de músicas para ocultar práticas de tortura. Em seguida, foi solicitado aos estudantes que se reunissem em semi círculos ao redor do quadro.

Como parte central da intervenção, foram adesivados as fotografias das vítimas do regime militar no quadro, e distribuído aos alunos os relatos escritos retirados de fontes jornalísticas e documentais como o do G1 Paraíba (2024). Cada estudante realizou a leitura de um desses depoimentos em voz alta, possibilitando a problematização das experiências de repressão e violência vivenciadas durante o período. A cada leitura realizada, a pibidiana realizava a contextualização dos casos, além de analisar em como a violência do Estado poderia acontecer com todas as pessoas, como crianças, adolescentes, adultos, estudantes - como os próprios alunos- e trabalhadores, bastava apenas uma pequena suspeita para ser vítima desse regime, reforçando, desse modo a valorização dos direitos humanos que fora violada durante a Ditadura Militar no Brasil.

Foram utilizadas também reportagens do portal G1 Paraíba (2024) sobre vítimas da ditadura civil-militar na Paraíba, como estratégia pedagógica para aproximar o conteúdo histórico da realidade local dos alunos na tentativa de fazê-los compreender que o regime militar ocorreu em todo o país, incluindo Campina Grande-PB -cidade onde residem-. Além de ler a reportagem escrita, os alunos também observaram os relatos apresentados em reportagens audiovisuais, o que possibilitou se situar na região, já que a reportagem apresenta várias imagens dos locais vivenciados pelas vítimas. Dessa forma, a fonte jornalística contribuiu para tornar a aula lúdica e promover maior identificação e compreensão dos alunos com o período histórico abordado.

Estrategicamente, o primeiro caso apresentado foi o da paraíbana Maura Pires Ramos, professora, que segundo Araújo (2024), ela foi vítima paraibana da Ditadura Militar durante a

década de 1970, torturada no bairro dos Cuités, local onde se situa a escola. Segundo Araújo (2024), a vítima relembra a violência sofrida no local conhecido como "Granja do Terror", no bairro dos Cuités, em Campina Grande, afirmando que "eu gritava até não poder mais". Esse relato foi fundamental para conquistar a atenção dos alunos, para a sensibilização do tema e que a violência do estado esteve perto de onde eles residem e estudam, a abordagem desse episódio foi complementada pela exibição de uma reportagem jornalística com o relato pessoal da própria. Posteriormente, foram apresentadas imagens, relatos jornalísticos e documentais das demais vítimas da ditadura, como Margarida Maria Alves, João Roberto Borges, Vladimir Herzog, Luis Carlos Max do Nascimento (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2024; Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, 2014; Prado, 2025; Costa, 2023.), entre outros, desse modo evidenciou como a ditadura civil-militar exerceu violência contra homens, mulheres e até crianças.

Desse modo, ao final da aula, foi questionado aos estudantes se havia alguma dúvida ou algo a acrescentar e nada mais havendo a comentar, os alunos foram liberados da aula. A avaliação dos alunos ocorreu durante a aula, analisando seus comportamentos e participações.

RESULTADOS

A atividade realizada possibilitou analisar o interesse dos alunos e o nível de compreensão acerca do tema trabalhado, além de contribuir para a sensibilização sobre os direitos humanos que foram negados às vítimas da ditadura. Reunir os alunos para próximo do quadro em semicírculo, apresentar as imagens e os relatos foram essenciais para manter a atenção, a conexão dos alunos e a participação coletiva com o a aula. Foi observado que houve maior atenção e desenvolvimento na prática da leitura e interpretação de imagens e texto entre os alunos, além de maior desenvolvimento crítico através da análise das perguntas e comentários dos alunos ao longo da aula.

Além disso, também foi observado a compreensão de que o regime militar ocorreu em todo o Brasil, e o relato da paraibana Maura Pires Ramos[1] - esse relato foi complementado pela exibição de uma reportagem jornalística do G1 Paraíba (2024), contendo o depoimento da própria, sobre as experiências de tortura vivenciadas durante o regime- foi essencial para

[1] Maura Pires Ramos é professora paraibana que foi presa e torturada durante a Ditadura Civil-Militar na década de 1970, no local conhecido como "Granja do Terror", situado no bairro dos Cuités, em Campina Grande-PB (Araújo, 2024).

analisar a compreensão dos alunos de que a Paraíba também foi vítima e resistência do regime militar. De modo que, a identificação com relação à proximidade geográfica da realidade vivida por Maura provocou maior interesse e surpresa entre os alunos.

Deste modo, ao final da aula, os alunos demonstraram maior sensibilidade e conhecimento acerca das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura no Brasil, reconhecendo que o regime militar foi presente e repressivo na sociedade brasileira que fez parte inclusive da história do Bairro dos Cuités, onde segundo o Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (2014, p. 53) no local conhecido como "Granja do Terror" em Campina Grande-PB, mesmo local onde Maura Pires Ramos, entre outras vítima, foram torturadas e ameaçadas. Assim, como esses acontecimentos aconteceram no mesmo bairro onde se encontra a escola, é consequentemente próxima à realidade vivida pelos alunos, na qual é possível trabalhar em sala de aula.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos após a realização da aula, foram essenciais para confirmar a importância da memória como estratégia pedagógica no ensino de história no ensino fundamental II. A reação e a demonstração de interesse dos alunos ao reagir a um caso que ocorreu no bairro onde estudam e residem, reforça a importância de se aproximar o conteúdo apresentado em sala de aula à realidade dos estudantes. Diante desse contexto, a metodologia aplicada em sala de aula, seguiu a perspectiva freireana de educação problematizadora, promovendo a participação ativa, escuta e reflexão crítica. Ao assumir a leitura dos relatos e participarem da aula, os alunos atuaram como sujeitos ativos do processo da construção do conhecimento.

Além disso, ao introduzir o conteúdo da sobre a ditadura no Brasil, através da perspectiva das vítimas, constituiu a importância da educação e da escola como espaço do desenvolvimento do pensamento crítico, ético e cidadã dos estudantes. A memória das vítimas é fundamental para construir o fortalecimento do conhecimento acerca dos direitos humanos.

Além disso, da perspectiva da formação docente, a experiência também impactou a experiência formativa da professora pibidiana, evidenciando em como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), é importante para a formação docente durante a graduação, proporcionando a possibilidade de atuação, troca de experiências, formações e o desenvolvimento de prática pedagógicas em sala de aula. Assim, a experiência confirma que o

ensino de História, quando orientado pela memória, contribui para a aprendizagem dos discentes e para a formação docente.

CONCLUSÃO

A experiência proporcionada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), evidenciou que ao se abordar assuntos históricos através da memória, constitui uma estratégia potente para o ensino de História na educação básica. Ao analisar os relatos individuais e abordar experiências nacionais e locais, a atividade possibilitou aos estudantes compreenderem a dimensão humana da repressão vivida durante o regime.

A aproximação do conteúdo histórico com a realidade dos alunos, possibilitou que a aprendizagem torna-se mais significativa quando a memória é situada e contextualizada. Tal estratégia favoreceu não apenas o interesse e a participação discente, mas também a construção de uma consciência histórica mais crítica e sensível às violações de direitos humanos.

Ademais, a experiência foi essencial para a formação docente proporcionada pelo PIBID, o planejamento e a realização de uma aula sobre um tema sensível como a memória das vítimas do regime militar, exigiram fundamentação teórica, postura ética e capacidade de mediação, aspectos centrais para o exercício da docência. Nesse sentido, o PIBID reafirma-se como espaço formativo privilegiado, ao possibilitar a vivência concreta da articulação entre teoria e prática.

Por fim, desse modo, a realização dessa aula reafirmou que o ensino de História, ao se firmar nas memórias aos valores democráticos contribui para a formação cidadã dos estudantes e para a consolidação de práticas pedagógicas críticas. Trabalhar a memória das vítimas da Ditadura Militar na escola não se configura apenas como abordagem de conteúdo curricular, mas como exercício de responsabilidade histórica e educativa, indispensável à construção de uma sociedade mais consciente e democrática.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hebert. **Professora presa pela ditadura relembra a dor da tortura na Granja do Terror: "Eu gritava até não poder mais"**. G1 PARAÍBA. 24 abr. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/04/24/professora-presa-pela-ditadura-relembra-

a-dor-da-tortura-na-granja-do-terror-eu-gritava-ate-nao-poder-mais.ghtml. Acesso em: 16 de fevereiro de 2026.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desiree dos Reis. [Orgs.]. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em http://www.historia.ufrj.br/pdfs/2013/livro_ditadura_militar.pdf. Acesso em: 16 de Fevereiro de 2026.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Cap. 9. Disponível em: https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Capitulo%209.pdf. Acesso em: 16 fev. 2026.

CAMARGO, Maicon da Silva. Os temas sensíveis e o papel político do ensino de História: abordagens, perspectivas e atualidades. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 106–127, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/42421. Acesso em: 28 fev. 2026.

COSTA, Caroline Rios. **“CRIME: SER FILHO DE RESISTENTE”1 - A infância nos anos de chumbo da Ditadura Militar Brasileira**. Revista Historiar ISSN: 2176-3267 Vol. 15 n. 28, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.

G1 PARAÍBA. **Memórias da repressão: relembre histórias de vítimas da Ditadura Militar na Paraíba.** *G1*, 27 abr. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/04/27/memorias-da-repressao-relembre-historias-de-vitimas-da-ditadura-militar-na-paraiba.ghtml. Acesso em: 16 de fevereiro de 2026.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGÊNIO, Jonas Camargo. **Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas.** Revista História Hoje, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Há 91 anos, nascia Margarida Alves, heroína brasileira.** 5 ago. 2024. Disponível em: https://mst.org.br/2024/08/05/ha-91-anos-nascia-margarida-alves-heroina-brasileira/. Acesso em: 10 mar. 2026.

PRADO, Luiz. **Para lembrar os 50 anos do assassinato de Vladimir Herzog.** Jonal da USP, São Paulo, 2025. Disponível em: https://jornal.usp.br/cultura/para-lembrar-os-50-anos-do-assassinato-de-vladimir-herzog/. Acesso em: 10 de março de 2025.

Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba. **João Pessoa: Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba**, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/estaduais/PBrelatorio_comissao_estadual_da_verdade_pbcompactado.pdf. Acesso em: 28 de fevereiro de 2026.